

Banco Mundial: novos empréstimos ao Brasil só com acordo.

Funcionários governamentais da área econômica estão convencidos de que o Banco Mundial (Bird) quer dar prosseguimento ao exame de novos projetos para o Brasil, mas a aprovação definitiva dos financiamentos dependerá de uma solução negociada para a dívida externa do País. Essa foi a impressão recebida por eles, durante os contatos que recentemente tiveram com o *staff* do Bird, em Washington, embora formalmente não tenha havido nenhuma pressão desse tipo. Mas o próprio adiamento da provação do financiamento de US\$ 500 milhões destinados ao programa de recuperação setorial da Eletrobrás já estaria refletindo a nova posição da instituição.

Para os funcionários Brasileiros, o Bird mantém o interesse em continuar concedendo financiamento ao País e está interessado em reverter o quadro de fluxo negativo deste ano, quando o Brasil pagará mais US\$ 480,0 milhões do que receberá. Mas, na opinião desses mesmos funcionários, o Banco Mundial, a despeito de ser uma instituição de caráter multilateral, é, na prática, dominado pelos Estados Unidos e as grandes potências industriais que o sustentam financeiramente. É assim um braço importante do mercado financeiro internacional, ao lado dos bancos privados e das instituições oficiais de crédito tipo Eximbanks.

Sua reação, portanto, foi natural ao perceber que o Brasil mantinha o impasse nas negociações com seus credores privados e havia estendido a moratória aos débitos contraídos junto aos governos no âmbito do Clube de Paris. Nesse

quadro, um estímulo do Bird ao Brasil soava como uma contribuição da instituição no sentido de reforçar a posição brasileira.

Ao rejeitar, no mês passado, a aprovação do crédito para a Eletrobrás as alegações oficiais envolveram problemas de natureza técnica e econômico-financeira, ligados a reivindicações do banco na área de proteção ao ecossistema e à exigência para a reposição tarifária do setor de energia, de modo a garantir uma taxa adequada de retorno do investimento. A taxa atual é de 6% e o Bird vem insistindo para que ela se eleve a 10%, conforme, aliás, determina a lei.

Enquanto o governo brasileiro adota as providências internamente para atender às exigências do Bird, reajustando as tarifas de energia elétrica acima do indexador escolhido, no caso a URP (Unidade de Referência de Preços), o tempo vai passando e as negociações com os credores externos, retomadas no final do mês passado, podem caminhar para algum ponto de convergência.

Se, no início do próximo ano, for possível um acordo definitivo com os credores, um acordo **stand-by** com o Fundo Monetário Internacional e a regularização das contas com o Clube de Paris, o Banco Mundial voltará a conceder financiamentos novos ao Brasil, inclusive o que começará a ser examinado pela missão técnica que chegará a Brasília na próxima segunda-feira, e que, podendo alcançar até a US\$ 1 bilhão, se destina a atender ao programa de reforma do sistema financeiro.